

EDUCAÇÃO

# Curso gratuito para tirar CNH

Proposta do Ministério dos Transportes está na consulta pública, que termina amanhã e já conta com 62 mil participações

» RAFAELA BOMFIM\*

A proposta do Ministério dos Transportes que cria um novo modelo de formação de condutores vem despertando atenção em todo o país. Desde o lançamento da consulta pública, em 2 de outubro, mais de 62 mil contribuições foram registradas nas plataformas Participa + Brasil e Brasil Participativo. O prazo para envio de sugestões segue aberto até amanhã.

O projeto prevê a oferta gratuita do curso teórico, que poderá ser realizado presencialmente ou on-line, em plataformas do governo, instituições públicas de ensino, escolas de trânsito e autoescolas credenciadas. A medida tem como objetivo ampliar o acesso à CNH, reduzir custos e flexibilizar a formação de condutores, especialmente para aqueles que enfrentam barreiras financeiras. Segundo dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), aproximadamente 20 milhões de brasileiros dirigem sem habilitação.

Uma das novidades é a possibilidade de oferecer o curso teórico diretamente nas escolas de ensino médio, como atividade extracurricular. Com isso, os estudantes poderão concluir parte das etapas obrigatórias antes de completar 18 anos, recebendo certificado válido nacionalmente que será registrado no Renach (Registro Nacional de Condutores) e poderá ser aproveitado futuramente no processo de habilitação.

Durante participação no programa Bom Dia, Ministro, o titular da pasta, Renan Filho, explicou que “a autoescola vai continuar porque vai ter alguém que não conseguirá passar na prova e precisará de apoio mais próximo. Aí faz a aula, se desejar”. O ministro destacou ainda que a obrigatoriedade atual funciona como uma “reserva de mercado” que encarece o processo e limita alternativas de aprendizagem. “Se a gente desburocratizar isso, quebrar a reserva de mercado, a própria sociedade se organiza para formar as pessoas”, afirmou.

Honório Moreira/OIMP/D.A Press



Pelo projeto, o curso teórico poderá ser realizado presencialmente ou on-line, em plataformas do governo ou instituições públicas de ensino

Segundo a Senatran, o debate alcançou cidadãos de todas as regiões do país. Até o momento, o Sul e o Sudeste lideram em número de participações, com 14.800 e 14.152 registros, respectivamente, seguidos pelo Nordeste (7.296); Centro-Oeste (2.140); e Norte (446). Entre os estados mais ativos, o Rio Grande do Sul se destaca com mais de 12 mil contribuições, refletindo a realidade local: o custo médio da CNH na região é de R\$ 4.951,35 para as categorias de moto e carro.

Outros estados com forte participação são São Paulo (6.602); Ceará (3.765); Rio de Janeiro (3.610); e Minas Gerais (3.408). Atualmente, os valores para obter a habilitação variam de R\$ 1.950,40 na Paraíba a quase R\$ 5 mil em estados do Sul, o que pode exigir até oito meses e meio de trabalho das famílias

do Norte e Nordeste que destinem 30% da renda mensal para custear o processo. Em São Paulo e no Distrito Federal, esse período cai para até dois meses.

O especialista em segurança de trânsito David Duarte reforça a importância de um modelo estruturado. Ele considera “louvável o diagnóstico e a intenção do governo federal de enfrentar o problema do número de pessoas que dirigem sem habilitação”, mas alerta que a execução exige cuidado. “A falta de formação adequada contribui para acidentes. É preciso manter coerência e garantir que o novo modelo seja bem estruturado, envolvendo Detrans e autoescolas”, afirmou. Duarte acrescenta que a pulverização do ensino e a atuação independente de instrutores podem comprometer fiscalização

e padronização. “Não se destrói uma casa velha antes de construir uma nova. É essencial que exista um modelo formal. Caso contrário, em vez de melhorar, a situação pode até piorar”, alertou.

A proposta também tem forte caráter social, buscando reduzir a barreira financeira para a população de baixa renda. “O custo da habilitação, que chega a R\$ 5 mil, é proibitivo para quem depende da moto para trabalhar. A iniciativa do governo em diminuir valores é positiva, mas precisa vir acompanhada de estrutura e fiscalização”, completou Duarte.

Após o encerramento da consulta, as contribuições serão consolidadas e avaliadas pela Senatran. O documento final será elaborado a partir das sugestões da sociedade e encaminhado ao Conselho Nacional de Trânsito

(Contran), responsável pela regulamentação das novas regras. A expectativa é de que o órgão se reúna ainda neste ano.

## Crítica

O setor de autoescolas critica as mudanças. Marcus Viturino, vice-presidente do sindicato dos centros de formação de condutores de veículos automotores (Sindiauto) no Distrito Federal, afirma que “o projeto ameaça a sobrevivência de um segmento que gera milhares de empregos”.

Segundo a entidade, a minuta apresentada pela Senatran “acaba com a educação para o trânsito e leva todo o processo para aplicativos”. As empresas também alertam que haverá demissão em massa por todo o país, afetando mais de 300 mil profissionais e suas famílias. “A proposta de acabar com as

## » Operação do MP mira neonzistas

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), por meio do CyberGAECO, deflagrou, ontem, a Operação Nuremberg, com o objetivo de desarticular um dos mais organizados e violentos grupos neonazistas em atividade no país. A ação ocorre em apoio às 39ª e 40ª Promotorias de Justiça de Florianópolis. Foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão expedidos pela Vara Regional de Garantias de Criciúma e pela Vara Estadual de Organizações Criminosas, em dez cidades de quatro estados: São Paulo (São Paulo, Campinas, Osasco e Taboão da Serra), Paraná (Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária), Santa Catarina (Cocal do Sul e Jaraguá do Sul) e Sergipe (Aracaju).

autoescolas não ameaça apenas empresas e famílias, mas toda a estrutura social e trabalhista do Brasil”, diz um manifesto divulgado nas redes sociais dos sindicatos.

O projeto de CNH acessível integra um esforço mais amplo para melhorar a segurança viária. O Brasil registra entre 15 e 17 mortes por 100 mil habitantes, uma das taxas mais altas do mundo. Países como Reino Unido e Japão, que combinam flexibilidade na formação e rigor nas avaliações, mantêm índices entre 2 e 4,8 por 100 mil habitantes. O desafio central da proposta é equilibrar inclusão social, qualidade da formação e segurança no trânsito, levando o ensino de trânsito para as salas de aula e democratizando o acesso à primeira habilitação.

Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

# Impactos da política de educação inclusiva

» SOFIA SELLANI\*

Divulgação/ Freepik



A medida divide opiniões e expõe os desafios de garantir uma educação inclusiva

suporte “tenderão a perder atendimento educacional”, o que caracteriza grave retrocesso social.

## Impacto

Segundo Mariuza Guimarães, integrante do Conselho Técnico-Científico da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi), o decreto tem complicações do ponto de vista prático. Uma das problemáticas já existentes é que muitas das crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e múltiplas que precisam de auxílio, não recebem o suporte devido. Matriculadas nas escolas comuns, pelo atraso no desenvolvimento, acabam ficando ‘isoladas’ em uma classe especial dentro de uma sala comum, sendo vítimas de preconceitos.

“A ideia que os outros alunos têm é que essas crianças possuem



um professor só para elas. É inadmissível que um jovem fique em uma sala de ensino médio fazendo uma atividade que não é indicada para aquela série. Só do fato de ele estar em um grupo em que não interage com os demais por fazer uma tarefa fora do currículo da classe, já é exclusão, discriminação e preconceito”, afirmou.

Guimarães relembra que esses alunos estão nas salas de aula

trabalhando um currículo diferente daquele aplicado aos demais discentes. Independentemente da idade, o estudante percebe que é tratado de forma diferente, e que não está fazendo as mesmas coisas que os colegas. “Nós queremos que todos os nossos alunos convivam com todas as demais crianças, jovens, e adultos da sua idade” afirmou. “Mas é preciso que se tenha condições adequadas.”

Por outro lado, o MEC afirma em nota que a política não interfere nas atribuições e no financiamento das entidades filantrópicas e comunitárias atuantes na educação especial, tais como a Pestalozzi. As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e congêneres também foram citadas.

De acordo com o pronunciamento, o decreto foi construído após diálogos com representantes de entes federados, profissionais

da área e representantes de movimentos sociais. O objetivo é claro: a institucionalização de ações e programas que já vinham sendo desenvolvidos pelo MEC, junto às redes de ensino. A pasta permanece aberta ao diálogo com o Congresso Nacional e com toda a sociedade, para que possa buscar eventuais aperfeiçoamentos, de modo a evitar distorções de interpretação.

Ná Câmara dos Deputados, o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana declarou que a medida vêm sendo debatida desde maio do ano passado. “O único objetivo é garantir o direito de todo brasileiro, toda criança e jovem a ter o atendimento especializado nessas escolas”, relatou. “ Não há nenhuma intenção desse decreto de prejudicar as APAEs. Quem estiver falando isso, não está falando a verdade.”

Para o especialista em autismo Lucelmo Lacerda, o decreto trouxe questões preocupantes para o futuro da educação inclusiva no país, prejudicando não somente os alunos, mas também os profissionais da educação. “Isso pesa na qualidade de vida e saúde mental dos professores”, afirmou. “Foi uma péssima solução.” De acordo com Lacerda, muitos docentes podem ser trocados por não especializados, restando na falta de didática com os alunos. O especialista demonstra preocupação. Disse que “baixaram muito a régua” para quem deve acompanhar os estudantes necessitados.

Segundo Lacerda, a medida além de afetar os docentes também pode levar ao aumento de abandono e evasão dos alunos. “Como eles têm uma sensibilidade maior, a escola é um lugar muito barulhento. Para eles, o sofrimento é extremo. O maior problema foi não ouvir a sociedade, principalmente os professores e os pais de crianças com deficiência”, afirmou.

## Relato

Com dois anos, Jorge Alencar recebeu o diagnóstico de autismo. Na época, estudava em uma escola em Passagem Franca, no Maranhão, onde a professora alertou a mãe, Safyra Alencar, corretora de imóveis, que o filho tinha dificuldades em socializar com os demais colegas da turma. Após ter aceitado o diagnóstico, a família se mudou para Brasília, em busca de melhores condições para Jorge.

“Foi uma decepção”, declarou a mãe. Safyra, que veio para a capital com o objetivo de ser acolhida, imaginava que encontraria boas escolas e especialistas. Porém, quando chegou percebeu que o sonho estava longe de ser real. Atualmente, com 5 anos, Jorge, diagnosticado com o 3º grau de autismo não verbal, estuda em uma sala com outros 15 alunos em Taguatinga, sem o apoio adequado.

Segundo Safyra, os monitores que a escola proporciona nem sempre são formados em pedagogia. “A sorte foi que Jorge gostou desse rapaz. Eles se dão muito bem. A escola tentou trocar de monitor, mas ele não se adaptou, então agora ele continua acompanhando meu filho”, relatou. A mãe afirma que George já sofreu diversas situações de exclusão, tanto por parte dos professores quanto dos alunos.

Safyra diz que o filho recebia acompanhamento desde os 3 anos por uma psicopedagoga oferecida pelo governo. Atendido uma vez por semana durante 1h30, a mãe relembra que o ambiente era desconfortável e quente. Por esses motivos, relembra que, às vezes, não era capaz de levar o filho, que sofria com o desconforto. Este ano, Jorge não recebe o acompanhamento.

\*Estagiária sob supervisão de Ana Sá